

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.572 - SP (2019/0148911-3)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : JOSÉ RAUL ALKMIM LEÃO**  
**ADVOGADO : LUCIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA - SP190263**  
**AGRAVADO : FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA.**  
**ADVOGADOS : JOAQUIM MANHAES MOREIRA - SP052677**  
**SONIA REGINA LOURENÇO PASSARIN - SP276620**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO MONITÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se na origem de agravo de instrumento contra decisão do juízo de 1º grau, que em ação monitória convertida em título judicial, ora em fase de execução, proposta por FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA (FMC) contra JOSÉ RAUL ALKMIM LEÃO (JOSÉ), rejeitou a impugnação do executado.

O TJSP, nos termos do voto do Des. JOVINO DE SYLOS, negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado:

*Processo Civil monitória convertida em execução improcedência da impugnação ao cumprimento da sentença apresentada pelo agravante que era revel na ação de conhecimento admissibilidade - na impugnação o executado pode alegar tão-somente falta ou nulidade da citação (CPC, 525, I), o que não é o caso dos autos sentença no processo de conhecimento acobertada pela coisa julgada agravo improvido (e-STJ, fl.599).*

JOSÉ opôs embargos de declaração e foram rejeitados (e-STJ, fls. 609/612).

Inconformados, JOSÉ interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, apontando a violação dos arts. 884, 1.427 e 1.428, do CC e 620 do NCPC (e-STJ, fls.615/625).

Contrarrazões de recurso especial não apresentadas (e-STJ, fls. 628/634).

Em juízo de admissibilidade, o TJSP inadmitiu a irresignação com base na Súmula nº 7 do STJ e não demonstração da violação do dispositivos tidos por violados (e-STJ, fls.635/636).

JOSÉ interpôs agravo em recurso especial, afirmando que foram demonstrados as violações dos arts. 884, 1.427 e 1.428, do CC e 620 do NCPC. No mais, repetiu as razões do especial (e-STJ, fls.659/667).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls.670/678).

O recurso foi distribuído à Presidência desta Corte e em razão da intempestividade, não foi conhecido (e-STJ, fls. 660/661).

JOSÉ opôs embargos de declaração e o Ministro Presidente desta Corte rejeitou os embargos (e-STJ, fls. 663/666 e 672/674).

Foi interposto agravo interno e o Ministro Presidente reconsiderou a decisão e determinou a distribuição do recurso (e-STJ, fls.663/665,677/682 e 697).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

#### Do não conhecimento do agravo

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois JOSÉ não infirmou devidamente o seu esteio, deixando de refutar, de forma arrazoada, a aplicação do Enunciado nº 7 do STJ.

De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior e em obediência ao princípio da dialeticidade, exige-se do recorrente o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se funda a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

De fato, *à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal*

*de origem merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge ( AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 26/11/2008).*

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente o fundamento da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, vejamos-se os seguintes precedentes:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE.*

**1. Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.**

**2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, havendo uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido.**

**3. A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.**

**4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição.**

**5. É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.**

**6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.**

(AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 – sem destaques no original)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.*

*3. [...]*

*4. Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator